

Mulheres camelôs : o retrato da precarização do trabalho no Brasil

Rosana Soares Campos¹
Christiane S.S. Campos²

Resumo: Esta pesquisa analisa a precarização do mercado de trabalho no Brasil a partir do perfil de mulheres camelôs de Porto Alegre/RS. O crescimento ostensivo desse tipo de ocupação e o perfil da ocupante revelam um quadro de instabilidade social e a manutenção desse círculo vicioso de pobreza, em que os baixos níveis de educação formal e as baixas rendas são condicionantes que limitam o abandono desse tipo de trabalho. A pesquisa constatou que essas mulheres, em sua maioria, têm baixa escolaridade e baixa remuneração. Todas têm dupla jornada de trabalho (rua e casa), sendo que na rua trabalham em média 9 horas por dia, durante seis dias na semana. Trabalham em um ambiente sem as mínimas condições de higiene e segurança e sob o conflito da regularização de sua ocupação. Essas mulheres são exemplos típicos de trabalhadores informais, que aumentaram com o desemprego em massa e expansão do mercado de trabalho informal a partir da década de 1990, com a implantação das políticas neoliberais.

1 - Introdução

A década de 1990 no Brasil foi o período de implantação e consolidação do receituário neoliberal, conforme a dinâmica do processo de globalização. A economia e a política brasileiras passaram por mudanças no que diz respeito ao padrão de intervenção do Estado, privatizações, processo de abertura comercial e financeira e reestruturação produtiva que deixaram à mercê da pobreza e da exclusão social milhões de pessoas.

O mercado de trabalho foi o *locus* mais afetado pelas políticas econômicas neoliberais por meio das políticas salariais e desregulamentação do mercado, causando desemprego em massa e expansão do mercado de trabalho informal, conseqüentemente desestruturando ou piorando ainda mais a situação de uma grande parcela da população brasileira. Como conseqüência também desse processo ocorreu uma feminização da força de trabalho, mas com maior intensidade em ocupações precárias (Toni, 2004).

De acordo com o IBGE, o número de desocupados no Brasil era de 3,7% em 1990, passando para 9,7% em 2003. A informalidade também cresceu no período de oito anos, aumentando de 37,6% em 1990 para 48,5% em 1998 (Pamplona, 2001). A desigualdade de renda aumentou em 3.654 municípios brasileiros (quase 70% dos municípios do país) na década de 90 e a pobreza permaneceu atingindo patamares de 30% da população.

O problema torna-se ainda mais grave quando se observa que a renda dos domicílios pobres vem quase que exclusivamente do trabalho, que tem diminuído ou se precarizado. De acordo com estudos da Cepal (2001), há uma estreita relação entre pobreza e desemprego e também entre pobreza e situação de subemprego, sendo que domicílios chefiados por mulheres têm alta probabilidade de serem indigentes, em função da desigualdade de gênero vigente na sociedade, incluindo o mercado de trabalho.

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil

No Brasil, este problema se refletiu com muito mais intensidade entre as mulheres. Estudos (Marques et all, 2004; Melo, 2005; Nogueira, 2006) apontam que a pobreza, o desemprego e o subemprego têm um rosto feminino. 51,6% dos pobres no país são mulheres. Quanto ao desemprego, são 12,7% de mulheres desempregadas no país, contra 8% de homens. Agravando ainda mais essa condição feminina, um número crescente de mulheres pobres é responsável pelo sustento da família. Dados do IBGE/2006 indicam que 30% das mulheres economicamente ativas são chefes de família. Paralelamente ao forte crescimento da mão-de-obra feminina na década de 90, principalmente pelo desemprego masculino e empobrecimento familiar, houve uma elevação das atividades informais, intensificação do desemprego e mudança no padrão do desemprego.

O aumento das mulheres no mercado de trabalho (43,9% da população economicamente ativa/ IBGE-2001) não superou os obstáculos de desigualdades, numa demonstração de que as mulheres aceitaram postos de trabalhos miseráveis para sobreviver com sua família. Conforme Melo (2005), a maior taxa de participação na ocupação das mulheres pobres (36%) e não pobres (11%) está na prestação de serviços, exprimindo a clareza do drama da pobreza feminina, pois esta ocupação possui ainda a pior remuneração das atividades econômicas e com maior precarização do trabalho.

Neste contingente, estão inseridas as mulheres camelôs (vendedoras do comércio informal em ruas), exemplos típicos do trabalho informal e produtos dessa informalidade, do reflexo de políticas econômicas perversas, que restringem a apenas aos mais privilegiados o acesso a um trabalho formal. O crescimento ostensivo desse tipo de ocupação e o perfil da ocupante revelam um quadro de instabilidade social no país e a manutenção desse círculo vicioso de pobreza e exclusão social, na medida em que os baixos níveis de educação formal e as baixas rendas são condicionantes que limitam o abandono desse tipo de trabalho para se desempenhar ocupações no setor formal.

O centro das metrópoles brasileiras está abarrotado dessas mulheres pobres, com baixo grau de escolaridade, trabalhando sob condições precárias e instáveis. São mulheres “invisíveis” na multidão, que, no entanto, contribuem diariamente na dinâmica econômica e social, sendo muitas delas provedoras do sustento familiar. Sabe-se pouco sobre elas. Estão apenas dentro das estatísticas do setor informal, mas não se sabe quem são, de onde vêm, como vivem, sua etnia, seu estado civil, etc. Somadas a outros milhões de brasileiros, representam também a face perversa do capitalismo contemporâneo: a pobreza, como resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política (Melo, 2005).

1.1 – Objeto, objetivo e método

São essas mulheres camelôs o **sujeito** desse estudo, que tem como **objeto** a situação de trabalho e vida das mulheres camelôs e como **objetivo** verificar como se manifesta no mercado de trabalho informal urbano em Porto Alegre a pobreza, a exclusão social e a precarização das condições de trabalho nas mulheres camelôs.

A importância dessa pesquisa se dá por dois motivos: o aumento dos camelôs nas ruas das grandes metrópoles é uma evidência da expansão do mercado informal. Portanto, este tipo de ocupação reflete as conseqüências desta nova forma de acumulação do capital, o neoliberalismo. O segundo motivo é que se os trabalhadores de um modo geral

sofreram com as políticas neoliberais, foram as mulheres as principais vítimas. Dessa forma, estudando as mulheres camelôs se capta com maior intensidade a pobreza, a precariedade do trabalho e a exclusão frutos desse processo, no qual estão submetidas essas mulheres.

Nesse estudo de caso, sustenta-se a **hipótese** de que essas mulheres foram literalmente empurradas para esse tipo de ocupação, entre outros fatores, pelas reformas econômicas liberalizantes que acarretaram mais desemprego, trabalho informal e desigualdade social. O que, por sua vez, geraram mais pobreza e intensificaram o círculo vicioso da exclusão social.

Para captar como se manifestam a pobreza, a exclusão social e a precarização no trabalho dessas mulheres optou-se enquanto **metodologia** traçar o perfil de mulheres camelôs que trabalham no centro de Porto Alegre/RS-Brasil, através do método quantitativo, observando os aspectos – demográficos, gênero e saúde, precarização do trabalho e condições habitacionais e bens de consumo.

Esta é uma pesquisa quantitativa, de cunho descritivo e exploratório, visto que não há no Brasil pesquisa específica sobre mulheres camelôs. A pesquisa foi realizada com 100 mulheres camelôs e se divide em duas grandes partes: um mapeamento das mulheres camelôs da cidade de Porto Alegre e a aplicação de questionário para traçar o perfil.

Os principais dados para o mapeamento das camelôs foram obtidos através das entrevistas com as/os funcionários de órgãos públicos. Em Porto Alegre, a Prefeitura faz uma categorização das pessoas que trabalham como camelôs. Nesta especificação estão incluídas as pessoas que se dedicam ao comércio de produtos diversos não perecíveis e com ponto fixo de venda.

Os camelôs estão divididos nos seguintes grupos:

- **Cadastrados** - que têm um cadastro e um licenciamento junto à Prefeitura para fazer a comercialização;
- **Tolerados** - não têm cadastro junto à Prefeitura, mas esta permite que trabalhem sob sua fiscalização e controle, com os nomes de camelôs numa listagem;
- **“Irregulares”** - pessoas que trabalham de forma irregular e podem ter seus produtos apreendidos a qualquer momento pelos fiscais da Prefeitura, por isso mudam frequentemente os pontos de venda; tendo constantes conflitos com a polícia nas operações de fiscalização.

Nesta pesquisa se pretendeu trabalhar com as mulheres camelôs que estão nas categorias “cadastrados” e “tolerados”, que têm horários definidos e ponto fixo de venda. Isso se justifica pela facilidade de acesso e aplicação de questionários. Pois acompanhar vendedoras com pontos de trabalho itinerantes torna-se complicado, devido à sua rotatividade.

O mapeamento permitiu constatar que o foco de concentração dos camelôs é o centro da cidade (cerca de 85%). Optou-se, então, por fazer a pesquisa neste local, onde se concentram 406 mulheres camelôs, entre as 582 cadastradas e toleradas na Prefeitura³ da cidade. A partir de cálculos amostrais, através do cálculo para população finita, chegou-se a uma amostra de 36 pessoas. Mas optou-se por fazer 100 entrevistas para aumentar a amostra para 1/4 da população porque aumenta a representatividade, em um

³ Os dados que a Prefeitura tem sobre camelôs são apenas local de trabalho e nome do(a) trabalhador(a).

intervalo de quatro (4) pessoas. Ou seja, uma amostra aleatória sistemática. O nível de confiança da pesquisa é de 95%, a um erro amostral de 4%. De modo que estes dados permitem a inferência para a população das mulheres camelôs do centro de Porto Alegre.

Os questionários foram aplicados entre os meses de junho, julho e agosto de 2007. Em campo, durante a aplicação dos questionários, observou-se não apenas duas categorias de análise – cadastradas e toleradas, mas nove categorias, em que se consegue perceber o grau de precarização do trabalho e a pobreza da mulher camelô, dependendo da categoria em que ela se enquadra. Ver tabela 1.

Tabela 1 - Categorias de Camelôs

	%
Cadastro proprietária	13,0
Tolerado proprietária	35,0
Cadastro auxiliar	17,0
Tolerado auxiliar	9,0
Cadastro free-lancer	1,0
Cadastro sublocação	11,0
Tolerado sublocação	4,0
Cadastro funcionária	7,0
Tolerada funcionária	3,0
Total	100,0

- 1) Cadastro proprietária: mulher que possui o cadastro (licença) e é proprietária do ponto;
- 2) Tolerado proprietária: mulher que possui o nome na lista, mas é dona do ponto;
- 3) Cadastro auxiliar: mulher que trabalha como auxiliar em banca que tem cadastro;
- 4) Tolerado auxiliar: mulher que trabalha como auxiliar em banca que tem apenas o nome na lista;
- 5) Cadastro *free-lancer*: mulher que trabalha como *free-lancer* em banca que tem o cadastro;
- 6) Cadastro sublocação: mulher que subloca a banca que tem cadastro;
- 7) Tolerado sublocação: mulher que subloca a banca que tem apenas nome na lista;
- 8) Cadastro funcionária: mulher que é funcionária em banca que tem cadastro;
- 9) Tolerado funcionária: mulher que é funcionária em banca que tem apenas nome na lista.

As 100 mulheres foram entrevistadas em 10 localidades do centro da cidade. São ruas onde há concentração de camelôs cadastrados e tolerados, e pedestres passando no local durante todo o dia.

Porto Alegre foi escolhida porque vem passando nos últimos anos por um processo de empobrecimento e desigualdade social, apesar de ser conhecida por sua alta qualidade de vida e elevado índice de desenvolvimento humano. O índice de Gini da cidade em 1991 era de 0,57. Em 2002 foi registrado um aumento na desigualdade social subindo para

0,61. A pobreza absoluta que atingia 11% da população em 1991 aumentou 2,81% passando para 13,81% em 2000. E a indigência que atingia 3,23% das pessoas em 1991 passou a 4,28% em 2000. Neste mesmo período apenas os 20% mais ricos ampliaram sua participação na renda da cidade.

2 – Trabalho, Pobreza e Exclusão

Conforme Castel (1998), o desemprego é a manifestação mais visível e o risco social mais grave na dinâmica atual da modernização; pois tem um efeito desestabilizador e dessocializante. O autor chama a atenção para a ameaça de fratura social através das transformações no mundo do trabalho ocasionadas pelo processo de globalização e políticas econômicas neoliberais, onde houve uma “desmontagem” no sistema de proteções, desestabilizando a sociedade salarial, construída e solidificada no decorrer do século XX. E o grande fenômeno a ser analisado, conforme Castel, é o processo de precarização do trabalho, condicionado pela internacionalização do mercado, pelas crescentes exigências da concorrência e da competitividade, que flexibiliza, desestabiliza, desagrega e degrada o trabalho.

A sociedade salarial de Castel que se fragmenta é a dos países avançados, com suas proteções e assalariamento universal. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, a perversidade das transformações é ainda maior, pois se dá numa sociedade que nem garantiu proteções sociais a todos, sequer salário. Por isso, as políticas neoliberais precarizaram ainda mais o trabalho, que já era precarizado para uma boa parte da população.

A fragmentação dessa sociedade, para Castel, é a grande questão social na atualidade, porque não é apenas o fim do pleno emprego, é também o aumento da instabilidade do emprego e o reaparecimento de “trabalhadores sem trabalho”, que, para o autor (1997:179-181), se caracteriza em três importantes e inquietantes questões sociais: 1) a desestabilização dos estáveis; 2) a instalação da precarização, como uma das respostas sociais à exigência de flexibilidade, alternando períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, inatividade e ajuda social; 3) e a existência de pessoas que poderiam ser chamadas de sobrantes, que não são integradas na sociedade e talvez também não sejam porque foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos.

O desemprego em massa, a instabilidade no emprego, o subemprego fizeram de milhares de pessoas o que Castel chama de “supranumerários”. E a zona de vulnerabilidade da sociedade está em expansão, “alimentando turbulências que fragilizam as situações conquistadas”, conforme o autor. No Brasil, essa expansão da zona é verificada pela fragilidade dos trabalhadores que ora estão empregados, ora desempregados, ora subempregados numa constante instabilidade de sua situação. E muitas vezes passando da vulnerabilidade para a inexistência social na medida em que não são mais empregáveis, nem sequer são explorados porque já não são úteis ao sistema.

Conforme Leguizamón (2005a), essas transformações na estrutura social na América Latina por causa da globalização, das políticas neoliberais e da concentração de riqueza aumentaram substancialmente o número de pobres. Segundo a autora, muitas das causas dessa pobreza massiva foi gerada por essas políticas neoliberais, como por exemplo: 1) a impossibilidade de gerar ingressos pela via da condição assalariada formal

ante o crescente uso do capital intensivo na produção e nos processos de desjuridição das relações de trabalho; 2) a reforma do mercado de trabalho, a flexibilização trabalhista, a seguridade social; 3) a impossibilidade de acesso a outros meios de subsistência para gerar meios para a reprodução da vida; 4) a reforma dos regimes de estado de bem-estar e 5) novas formas de discriminação étnico-cultural.

No Brasil, conforme Anete Ivo (2006), houve uma re-emergência da questão da pobreza num contexto de políticas neoliberais e ruptura do modelo que caracterizou a construção parcial do Estado social, no Brasil, instituído no pós-guerra.

“O centro dessa mudança situa-se na ruptura da proteção através das reformas da Previdência, afetando fundamentalmente os direitos dos trabalhadores protegidos e na reorientação da concepção de universalidade da políticas sociais para a implementação de diferentes programas estratégicos e compensatórios de assistência focalizada na linha da pobreza segundo diferentes públicos” (Ivo, 2006: 65)

Dessa forma, no contexto neoliberal as ações políticas contra a pobreza sofreram uma reconversão ganhando um caráter compensatório e focalizador. Conforme Anete Ivo (2006), sob uma prática assistencialista e à margem da institucionalidade, já que os benefícios não se constituem em direitos. Uma prática seguida à regra pelos governos brasileiros desde a década de 90, sob os olhares vigilantes do Banco Mundial.

Neste sentido é que pensar a pobreza enquanto uma produção/ produto de uma ação implica pensá-la como uma construção, e não como algo dado, natural, e por sua vez, implica compreender a ação que desencadeou a pobreza e os agentes dessa ação. Tudo isso requer um posicionamento crítico com relação às teorias dominantes sobre a pobreza.

Esse posicionamento crítico já não é mais uma voz isolada no mundo acadêmico. Muitos autores questionam, desafiam e mostram, através de seus estudos, que a pobreza não é consequência apenas de um determinado acontecimento, mas produto da ação humana, de forma direta ou indireta.

Nessa direção, o estudo de Leguizamón (2005a) evidencia bem, através de análise do discurso, como o “desenvolvimento humano”, enquanto discurso, constrói teorias e categorias que produzem e sustentam a pobreza. Nesta perspectiva, conforme a autora, a teoria das necessidades básicas faz parte desse sistema discursivo minimalista, em que aos pobres é permitido apenas ter o que se convencionou chamar de ‘necessidades’, determinadas por instituições de países ricos, como o Banco Mundial. Dessa forma, se biologiza a pobreza, no sentido de que é necessário pensar no pobre apenas enquanto o indivíduo que não tem recurso suficiente para ingerir as calorias diárias necessárias, para a sobrevivência física.

Nesse discurso do desenvolvimento, permeado pelos interesses do mercado, o ataque à pobreza é minimizado por políticas focais, ou o que Leguizamón (2005b) chama de focopolítica, “uma arte de governar preocupada com a provisão dos mínimos”. Essa focopolítica se traduz em benefícios aos pobres, no mesmo momento em que se reduzem os direitos sociais, e permite a provisão dos mínimos básicos aos níveis de subsistência, estabelecendo relações assistenciais e potencializando a exclusão social. As políticas sociais, conforme Leguizamón, carregam uma carga tutelar, do “cuidado com o pobre”, do assistencialismo, do clientelismo.

A abertura dos mercados e suas conseqüências sociais, políticas e econômicas estimularam a criação do discurso do desenvolvimento humano para conter, mas não acabar, com a pobreza extrema, fruto dessas transformações na sociedade. De acordo com Leguizamón, o paradigma do desenvolvimento combina medidas econômicas de cunho neoliberal, desregulação das relações trabalhistas e reforma do Estado com o denominado desenvolvimento humano, que está sustentado nas necessidades básicas, nas capacidades humanas e na incorporação de aspectos sociais e culturais nas concepções de desenvolvimento. Para a autora, um discurso dual e esquizofrênico – “com uma mão se promovem as políticas macro econômicas que aprofundam a desigualdade, a concentração da riqueza e a pobreza e com a outra se propõe a equidade social do desenvolvimento humano”. Esse ‘novo humanitarismo’ que se materializa no discurso do desenvolvimento, conforme a autora, lamenta a pobreza e até procura aliviá-la, mas sem questionar o sistema de desigualdade e seus mecanismos, porque nesse discurso a desigualdade é naturalizada. Não se questiona sobre os ‘perpetuadores’ da pobreza e da desigualdade, de acordo com Else Oyen (2002). Ou seja, pessoas, instituições, situações que direta ou indiretamente contribuem para a perpetuação do fenômeno.

A pobreza é um fenômeno que está intrinsecamente relacionado ao processo de exclusão social. Analisando a exclusão, Atkinson e Hillo (apud Narayan, 2000) observam a relatividade desse conceito e a sua dinamicidade sob vários critérios entre eles: 1) a exclusão é um processo relativo, pois sempre se é excluído de uma determinada sociedade em um particular e tempo. A exclusão assume formas variadas de acordo com o patamar de desenvolvimento econômico, social, cultural e político das sociedades contemporâneas; 2) implica um ato de exclusão e um agente; e 3) é um processo dinâmico, visto que os indivíduos são excluídos não apenas pela privação de trabalho ou renda, mas também devido à falta de perspectivas de futuro e a preconceitos de cor, etnia, gênero, etc.

Para Narayan (2000), o grande desafio deste conceito consiste em diferenciar o tipo de exclusão: em voluntária, em que o indivíduo ou grupo se isola, e involuntária ou coercitiva, fundada em critérios como educação, idade, raça/etnia, gênero, localização, classe ou renda. Este segundo tipo de exclusão é o que predominantemente caracteriza 1/3 da população brasileira, vivendo excluída de forma involuntária através da pobreza e da desigualdade.

Resgatando o terceiro aspecto da exclusão - a dinamicidade do processo - proposto por Atkinson e Hillo (apud Narayan, 2000), verifica-se que ser excluído significa estar à margem das formas econômica, política e cultural de inserção na sociedade, ou estar inserido marginalmente. Pois, a exclusão econômica implica em não inserção no mercado de trabalho ou uma inserção precária, dificultando o acesso à propriedade, educação, capacitação profissional. A exclusão política funda-se na dificuldade encontrada pelos segmentos pobres da população em manter uma organização mínima que lhes permita participar da tomada de decisões que afetam as suas condições de vida. E a exclusão cultural é a inexistência, precariedade ou ruptura das relações sociais primárias impedindo a geração ou preservação desses laços (OIT/ PNUD / IIEL apud Arriagada, 2000).

Castells (1999) chama a atenção justamente para o fato de que a perda por estar excluído socialmente é muito mais do que a do rendimento.

“Embora a falta de trabalho regular como fonte de renda seja, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades/impossibilidades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência.” (Castells, 1999:98)

Ou seja, a perversidade desse processo não se resume apenas na privação de trabalho ou renda, mas também à falta de perspectivas de futuro e a preconceitos de classe, etnia, gênero, entre outros, eliminando, marginalizando ou impossibilitando a entrada nas formas de participação das várias esferas da sociedade como cidadãos.

3- Conseqüências das políticas neoliberais no mercado de trabalho no Brasil

As conseqüências mais significantes das políticas neoliberais no mercado de trabalho brasileiro foram a precarização do trabalho, o aumento do número de trabalhadores no mercado informal e o desemprego. Ao longo da década de 1990 ocorreu um saldo negativo total de 3,2 milhões de empregos assalariados formais que foram eliminados do mercado de trabalho. (Pochmann, 2001)

O processo de abertura comercial provocou um impacto negativo no nível do emprego, devido a um elevado decréscimo no número de postos de trabalho nos setores econômicos em que houve o crescimento da presença, tanto de capital externo, quanto de produtos e serviços importados.

A evolução do número de ocupados e desocupados em 1981/1990/2003 evidencia o impacto das políticas neoliberais no emprego. Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução da PEA*, da Ocupação e Desocupação 1981- 1990-2003

Anos	PEA	Ocupados	Desocupados	Taxa de desocupação
1981	47.488.526	45.465.410	2.023.116	4,3%
1990	64.457.981	62.100.499	2.357.482	3,7%
2003	87.787.660	79.250.627	8.537.033	9,7%

* PEA – População Economicamente Ativa

Fonte: IBGE- PNAD

Os dados revelam em termos absolutos e relativos que o desemprego quase triplicou após a implantação das políticas neoliberais no país, mesmo com o aumento do número de ocupados. Embora este dado de ocupação pareça positivo, é preciso lembrar que muitos desses ocupados são do mercado de trabalho informal, que durante este período passou por um processo de expansão e ao mesmo tempo precarização do emprego neste setor, conforme Cardoso Jr (2001).

Enquanto o emprego na indústria sofreu retração durante esse período, o setor de serviços cresceu. Segundo dados da CEPAL (2005), em 1990 23,4% dos trabalhadores brasileiros estavam na indústria. Esta porcentagem diminuiu para 19,4% em 2000. Em contrapartida, o setor de serviços que tinha 56,8% da mão-de-obra trabalhadora em 1990 aumentou para 57,8% em 2000. Essa retração do emprego industrial e manutenção do emprego no setor de serviços, em que 60% desse setor é informal, revela uma precarização, conforme Pamplona (2001), pois, na medida em que se trocam empregos

formais, com carteira assinada e que contemplam uma série de benefícios de proteção social, principalmente industriais, por ocupações não formalizadas no setor terciário parece estar surgindo uma nova forma de precarização do trabalho.

Dessa forma, segundo a autora, seria um engano não relacionar a informalidade, que aumentou de 41% para 51% entre 1991 e 2000, com a precarização do trabalho, particularmente porque a elevação do setor informal tem ocorrido em grande medida pelo aumento dos trabalhadores sem carteira (como é o caso dos camelôs) e domésticos, ou seja, ocupados informais mais frágeis, não tendo acesso à proteção social.

Miller (1999), pesquisando sobre a qualidade do emprego nos anos 1990 no Brasil, a partir de três indicadores (renda, *status* contratual e proteção social), verificou que o ajustamento do mercado de trabalho brasileiro não ocorreu apenas em termos de mudanças na quantidade de emprego total, mas também, em grande extensão, através da deterioração da qualidade do emprego, principalmente pela diminuição do assalariamento formal e do salário real na maioria dos subsetores do núcleo capitalista da economia. Apesar de oscilações positivas, ao final de uma década o rendimento médio real do brasileiro era praticamente o mesmo do começo dos anos 1990, apresentando pequena queda. Em 1991 este rendimento era de R\$ 680,35 e em 2002, R\$ 667,71.

Cacciamalli (2003), tomando emprestado o conceito de Castel de “desfiliação”, analisa a desfiliação dos assalariados do estatuto laboral, verificada através da condição dos trabalhadores quanto à posse de carteira de trabalho e à contribuição à seguridade. Em sua pesquisa, ela observa uma crescente desfiliação da força de trabalho concluindo que a insegurança social quanto à manutenção ou à obtenção de um emprego, de uma ocupação e de renda é a marca do mercado de trabalho.

Cardoso Jr (2001) chama a atenção para o fato de que não são apenas mudanças na distribuição de ocupação entre indústria e serviços e a precarização desta. Em razão dessa inversão de *locus* do trabalho houve o aparecimento de outras ocupações.

“(...) a racionalização da economia brasileira na década de 90, que desloca trabalhadores para o setor terciário; e a insuficiência da demanda agregada, que desloca o eixo da determinação do emprego para as condições que vigoram no lado da oferta excedente de mão-de-obra estaria forçando o aparecimento de ocupações em setores da economia tais como o comércio ambulante e os serviços pessoais, dois dos mais importantes empregadores de mão-de-obra nos anos 1990 na economia brasileira” (Cardoso Jr. 2001:31).

Essa nova dinâmica alimenta o crescimento do setor informal ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias, como o comércio ambulante/camelô ou serviço doméstico (Baltar e Dedecca apud Cardoso Jr. 1999).

E são ocupações que crescem precariamente. Siede (1994) constatou que 69,2% dos vendedores ambulantes/camelôs de Porto Alegre trabalhavam seis dias por semana e 19,2% a semana corrida. E as jornadas de trabalho variavam de 6 a 10 horas por dia para 74,8% e mais de 11 horas diárias para 21,7%.

Enrique Mazzei (2002), analisando o comércio ambulante na fronteira uruguaio-brasileira, verificou neste a alternativa de centenas de pessoas frente ao debilitamento das atividades formais, por causa da flexibilização do trabalho. E se trata, conforme Mazzei, de uma situação de acentuada precariedade institucional. Dos trabalhadores ambulantes pesquisados na cidade de Rivera, 70% trabalhavam entre 64 e 78 horas semanais, sem

nenhuma proteção social. Perguntados se tinham vontade de se formalizar, 50% responderam que gostariam de ser comerciantes formais, 22% empregado público, 7% empregado privado e 21% optaram por outras ocupações.

Com a reestruturação produtiva da década de 1990 no Brasil, o trabalho informal ganhou visibilidade pela sua expansão, carregando em si o peso da precarização, face à contração do mercado de trabalho formal. Em síntese, conforme Toni (2004), o movimento de desestruturação/reestruturação do mercado de trabalho brasileiro compreendeu três fenômenos interdependentes: 1) o desassalariamento da mão-de-obra ocupada, sendo eliminados 2,2 milhões de postos de trabalho apenas entre 1989 e 1992, conforme o Ministério do Trabalho; 2) incremento das formas mais frágeis e/ou mais precárias, associados ao trabalho informal, quando de cada 10 ocupações entre 1989 e 1996, apenas duas eram assalariadas contra oito não-assalariadas; 3) elevação do desemprego e manutenção das taxas em patamar elevado.

Vários indicadores sociais comprovam que as condições de vida da população trabalhadora no Brasil piorou com a implantação das políticas neoliberais no país. Entretanto, Melo (2004) destaca que as mulheres foram as mais atingidas.

“A implantação de políticas neoliberais, pelo Estado brasileiro, nos últimos anos penalizou seguramente mais as mulheres. A elas coube parte substancial do elevado custo social do processo de reestruturação produtiva, sendo mais afetadas as famílias com chefes mulheres e filhos pequenos. (...) As mulheres respondem por 27% das famílias pobres e 25% das indigentes. (...) A maior pobreza feminina está ligada à disparidade dos rendimentos entre os sexos, considerando as famílias indigentes, a média dos rendimentos dos chefes femininos é de R\$ 112,48, para R\$ 146,46 dos masculinos, quando o salário mínimo correspondia a R\$180,00 (setembro de 2001). (...) Este quadro é agravado porque as mulheres têm maiores dificuldades de conciliar trabalho fora de casa com as tarefas de cuidar dos filhos. Além disso, enfrentam discriminação no mercado de trabalho, auferindo menores rendimentos do que os homens”. (Melo, 2004:6/7)

3.1 – A mulher no mercado de trabalho

Apesar das condições de trabalho se apresentarem vulneráveis e precárias para homens e mulheres, são estas, na verdade, que carregam o fardo maior do emprego no setor informal, da menor remuneração e da dupla jornada de trabalho na rua e em casa. Conseqüentemente, são elas as mais pobres e as mais excluídas econômica, política e socialmente.

Considerando a taxa de participação feminina no mercado de trabalho, esta passou de 32,5% em 1991 para 43% em 2001. Mas estas trabalhadoras estão concentradas nas atividades do setor de serviços, sendo que 80% delas estão ocupadas como professoras, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, camelôs, serviço doméstico e de saúde, conforme Melo (2004).

O contexto de crise econômica e a reestruturação da base produtiva empurraram as mulheres, juntamente com outros milhões de trabalhadores, para o segundo tipo de emprego produzido pelo capitalismo contemporâneo, na observação de Francisco de Oliveira (2006).

“O capitalismo contemporâneo produz dois tipos antípodos de emprego: o primeiro no topo da divisão social e técnica do trabalho, é o de altas performances técnico-

científicas, nos ramos dedicados a pesquisar e programar o progresso técnico, isto é, as novas formas de acumulação. O segundo localiza-se no extrato mais baixo da mesma divisão social e técnica do trabalho: o trabalho mais banalizado, geralmente braçal, como paradoxo do progresso técnico-científico e devidamente instrumentalizado por este, uma espécie de forma virtual de extração da mais-valia.” (Oliveira, 2006: 1-2)

Esse tipo de emprego técnico científico, que se concentra na indústria, abrange especialmente homens brancos com elevado nível de escolaridade – e os empregos banalizados se concentram no setor de serviços e são os principais postos de trabalho ocupados por mulheres. No Brasil (Cepal, Anuário Estatístico/2005), o setor industrial emprega 27% da população economicamente ativa masculina enquanto esta porcentagem para as mulheres não chega a 13%. Em contrapartida, 71% das mulheres estão concentradas no setor de serviços e esta porcentagem é de 50% para os homens. Os dados evidenciam que, muito mais do que os homens, as mulheres são as principais vítimas dessa forma de acumulação de capital. A diferença entre homens e mulheres torna-se ainda mais nítida quando se observa a ocupação por categorias. Ver tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Porcentagem de mulheres homens por categorias de ocupação

Sexo	Ocupação por categorias -%			
	Empregadores	Assalariados	Conta Própria	Serv. Domésticos
Mulher	2,9	65,4	24,2	19
Homem	6	53,9	27,8	0,8

Fonte: CEPAL/ 2005

Observando os extremos, enquanto 19% das mulheres estão nos serviços domésticos, apenas 0,8% dos homens encontram-se nessa ocupação. Em contrapartida, 6% deles são empregadores, ao passo que apenas 2,9% das mulheres têm esse tipo de ocupação. Os números constata melhores condições de inserção laboral dos trabalhadores do sexo masculino, e uso intensivo do trabalho feminino no serviço doméstico.

Além da ocupação precária, o rendimento de homens e mulheres numa mesma função é desigual. As mulheres ganham 84% do salário masculino em ocupação semelhante. No que se refere a desemprego, também prevalece a desigualdade. A taxa de desemprego feminina é 12,7% enquanto a masculino está entre 8%.

“Mulheres e homens não têm a mesma inserção no mercado de trabalho. As mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais -, 40% da ocupação feminina encontram-se nesse segmento do mercado de trabalho. As diferenças continuam as mulheres têm menor presença sindical e estão mais expostas ao desemprego. (...) A inserção feminina nos anos 1990 no mundo do trabalho foi favorecida pelo intenso crescimento do setor terciário na economia brasileira. Por que é na prestação de serviços que há um claro predomínio das mulheres, quase 80% das que trabalham fora de casa estão nestas atividades. E foram estas as que mais cresceram no Brasil na última década, como resposta à reestruturação da indústria e da agropecuária. A heterogeneidade que caracteriza os serviços explica esta absorção. São tarefas que permitem arranjos diferenciados nas relações de trabalho compatíveis com a dupla jornada feminina. Os serviços englobam desde comerciais e ambulantes, as tradicionais

trabalhadoras domésticas, as professoras, as profissionais da saúde e da beleza”.(Melo, 2004:5)

Nesta mesma direção, Nogueira (2006) constata que as mulheres são maioria nos trabalhos com menores jornadas (entre 15 e 39 horas semanais) e nos trabalhos temporários, se concentram nas atividades com menor remuneração e são as mais atingidas pelo desemprego e pela informalidade. Mas para a autora essa condição feminina é funcional para o processo de reprodução do capital.

“Ao constatar que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, podemos afirmar que essa situação se dá porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica (Antunes, 1999, citado por Nogueira, 2006:76)”.

É inegável que para muitas famílias o trabalho feminino não pode ser considerado apenas um complemento do trabalho masculino, e sim como a principal fonte de renda. Mas apesar do crescimento do protagonismo das mulheres na sustentação econômica das famílias, Nogueira constata que não houve uma alteração substancial da divisão sexual do trabalho nas famílias. Ou seja, o trabalho doméstico permanece sendo uma atribuição feminina.

4 - Desemprego e precarização do trabalho da mulher

No Rio Grande do Sul⁴, do total de mulheres economicamente ativas em 1993, 4,8% estavam desempregadas, ao passo que, entre os homens economicamente ativos, 3,3% se encontravam desempregados. Já em 2002, o diferencial entre as taxas ampliou-se, a taxa de desemprego das mulheres atingiu 8,7%, e a dos homens, 5,1%. No âmbito nacional, também se ampliaram as distâncias entre as taxas masculinas e as femininas, sendo que as mulheres saíram de uma taxa de desemprego de 7,4% e chegaram, ao final da série, a 11,6%, enquanto para os homens as taxas evoluíram de 5,4% para 7,4%.

Na região metropolitana de Porto Alegre - RMPA -, a taxa de desemprego feminino é ainda maior do que as registradas no Brasil e no Estado. Entre 1993 e 2003, o crescimento do desemprego na RMPA da força de trabalho feminina foi de 41,3%, enquanto para a força de trabalho masculina a taxa de desemprego aumentou 29,9%. O resultado disso é que em 2003, a taxa de desemprego na RMPA era de 13,9% para a População Economicamente Ativa – PEA masculina e de 20,2% para a PEA feminina.

No que se refere à informalidade e precarização das condições de trabalho, as estatísticas mostram que esses problemas no Rio Grande do Sul são mais graves que no conjunto do país. Dados da FEE – Fundação de Economia e Estatística - indicam que no estado do Rio Grande do Sul quase 70% dos postos gerados entre 1993 e 2002 podem ser considerados como de vínculos precários — sendo 37% empregados sem carteira, 25,2% trabalhadores por conta própria, e 5,7% empregados domésticos (com e sem carteira assinada). Neste mesmo período no Brasil cerca de 58% dos postos de trabalho gerados

⁴ Herz (2004) traça um perfil da situação das mulheres no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul no período de 1993 a 2002.

eram considerados com vínculos precários, sendo que 23,5% empregados sem carteira, 23% atuando por conta própria e 11%, trabalhadores domésticos.

O aumento dos empregos sem carteira assinada tanto no Brasil quanto no RS é um indicador da vulnerabilidade dos trabalhadores, uma vez que na informalidade ficam sem acesso a qualquer direito trabalhista e em geral não têm condições de contribuir com o sistema previdenciário. E também nesse item o Rio Grande do Sul tem números maiores que o conjunto do país. Entre 1993 e 2002, os empregados sem carteira, no Brasil, tiveram um aumento de 26,7% contra os 18,9% dos assalariados com carteira. Já no Rio Grande do Sul, a expansão do número de empregados sem carteira foi 46,1%, enquanto os empregados com carteira assinada aumentaram apenas 3,3%.

As mulheres portoalegrenses diminuíram sua participação tanto no trabalho assalariado do setor público (17,6% em 1993 para 15,3% em 2003), quanto no setor privado com carteira assinada (de 40,8% em 1993 para 38,4% em 2003). Por outro lado aumentaram sua participação no trabalho sem carteira assinada de 5,3% para 8% no mesmo período. A precarização do trabalho significou perdas nas posições mais formalizadas e um maior número nas ocupações precárias, quando não o desemprego aberto. Em 2003, o aumento de 146 mil postos de trabalhos não foi suficiente para incorporar o acréscimo de 203 mil mulheres na população economicamente ativa.

A análise dos rendimentos médios de homens e mulheres revela que a menor remuneração feminina continua sendo uma marca da desigualdade de gênero no país. No Brasil, o aumento no rendimento foi de 25% para elas e de 10,2% para eles. Com isso as mulheres que recebiam o equivalente a 64% do rendimento masculino, passam a receber 84% do que eles recebiam em 2002.

Outro indicador que também revela uma situação mais desfavorável para as mulheres no mercado de trabalho gaúcho é que a diferença salarial entre os sexos no Brasil é menor que no Rio Grande do Sul: em 2002, o Rio Grande do Sul apresentou um rendimento médio real de R\$ 752,26 para os homens e de R\$ 557,35 para as mulheres, e o Brasil, de R\$ 693,52 para eles e de R\$ 534,88 para elas.

Clítia Martins (2003), analisando a condição das mulheres no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, constatou que houve uma redução da desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres. Em 2000, as mulheres recebiam o equivalente a 68,3% do que os homens recebiam, e, em 2001, passaram a receber 69,1%. Entretanto, esse ganho feminino ocorreu em um contexto de queda de rendimentos para o conjunto dos trabalhadores, pois os rendimentos médios reais dos homens, em 2000, eram de R\$ 849,00 e, em 2001, passaram a ser de R\$ 816,00; os das mulheres eram de R\$ 580,00 e passaram a R\$ 564,00.

No que se refere à renda familiar média das famílias chefiadas por mulheres com filhos, em 2000 era de R\$ 809,00; o que equivalia a menos de 60% da renda familiar média das famílias chefiadas por homens com filhos residentes, que era de R\$ 1.355,00 (Galeazzi, 2001).

Apesar da região sul do país ter o menor percentual de mulheres chefes de família em comparação com outras regiões do Brasil, Clítia Martins (2003) verifica que os dados do censo de 2000, realizado pelo IBGE, evidenciam que Porto Alegre é a capital brasileira com o maior percentual de domicílios com chefia feminina, isto é, 38,2%. Entretanto, as informações da PNAD de 1998 indicam que 34,2% das famílias chefiadas por mulheres na Região Metropolitana de Porto Alegre recebiam até um salário mínimo

mensal como renda familiar, portanto, estão abaixo da linha de pobreza (Castro, 2001, citada por Martins, 2003).

5- O retrato da pobreza, da exclusão e da precarização do trabalho: mulheres

camelôs em Porto Alegre/RS/Brasil – um estudo de caso

Os camelôs já se tornaram parte da paisagem das metrópoles brasileiras. Em ruas do centro onde há movimentos, lá estão eles vendendo seus produtos. São milhares de homens e mulheres que disputam diariamente o cliente no grito. Poderia ser pitoresco não fosse pelos motivos que levaram essas pessoas a ir para as ruas. Este estudo de caso pretende mostrar justamente que não há nada de glamour ou divertimento nessa ocupação. Traçando o perfil das mulheres camelôs do centro de Porto Alegre pretende-se mostrar que é um trabalho precário feito por pessoas pobres e excluídas econômica, política e socialmente. Essas pessoas são parte de um contingente do mercado de trabalho informal, que luta diariamente pela sobrevivência sem saber como será o dia de amanhã.

Partindo do pressuposto de que o contingente de camelôs aumentou com o crescimento do desemprego, do mercado de trabalho informal e do subemprego a partir da década de 90 com as políticas econômicas neoliberais, este trabalho apresenta como resultado mulheres que saíram de trabalhos anteriores em empresas, lojas ou em outras atividades e de suas casas para as ruas a fim de garantir o sustento familiar.

5.1 - A situação dos Camelôs em Porto Alegre

Estima-se que haja em Porto Alegre quatro mil camelôs trabalhando nas ruas. Mas cadastrados e tolerados, conforme a Prefeitura de Porto Alegre, são apenas 1087, entre os quais 582 mulheres.

Até 1999, os camelôs em Porto Alegre não possuíam nenhuma regulamentação. Só existia legislação referente a vendedores ambulantes, que os define como pessoas que têm atividade lucrativa comercial de caráter eventual ou transitório, que se exerça de maneira itinerante, nas vias públicas e logradouros. A partir de um decreto daquele ano, os camelôs foram incluídos na lei. A inclusão ampliou a capacidade de negociação da Prefeitura, por ter englobado, no escopo legal, uma categoria de trabalhadores do setor informal que, ao longo do tempo, teve um acentuado crescimento em termos quantitativos (Martins, 2004:53).

A Prefeitura faz o controle dos camelôs mediante fiscalização semanal. Os cadastrados apresentam a licença e os tolerados assinam o nome na lista da SMIC (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio). Os irregulares são coibidos com operações de repressão da SMIC juntamente com a polícia.

Essas categorias denotam hierarquia e precariedade do trabalho. Os cadastrados são vistos como os legalizados pela Prefeitura. Já os tolerados, como têm apenas as permissões concedidas por acordos entre camelôs e poder público, sem posse de um documento que os permita estar na rua, são considerados os indulgentes que a Prefeitura aceita por não ter onde colocá-los, já que estão também nas ruas há bastante tempo. Pessoas de ambas categorias têm ponto fixo, mas o tratamento, segundo as entrevistadas, é desigual por não haver uma documentação. Mas em ambas categorias os camelôs permanecem na instabilidade e a mercê do poder público. As licenças são renováveis a

cada ano, e caso o camelô cadastrado tenha cometido quatro infrações ele perde o ponto. Já o camelô tolerado tem seu nome retirado da lista. A afirmação do chefe da fiscalização de Comércio Ambulante da SMIC, Fábio Goullart Rosa, representa bem que tipo de relação se estabelece entre o poder público e os camelôs. “A relação é tranqüila, porque existe uma relação de dependência, existe um controle do município.”

5.2 - Mulheres camelôs

A análise de dados foi dividida em quatro grandes partes que abordam aspectos demográficos, gênero e saúde, condições de trabalho e condições de moradia. Dessa forma foi possível observar a pobreza, a exclusão e a precarização do trabalho, como propósito do trabalho, nesse tipo de ocupação do mercado informal onde as mulheres estão cada vez mais presentes⁵.

5.2.1 - Aspectos demográficos

Dentro dos aspectos demográficos verificou-se que 50% das mulheres camelôs que trabalham no centro de Porto Alegre têm entre 25 e 49 anos de idade. 33% têm mais de 50 anos, 13% tem entre 18 e 24 anos e 4% abaixo de 18 anos. Observa-se a alta porcentagem de mulheres em idade ativa para o trabalho. Mas também há um número significativo de mulheres acima dos 50 anos trabalhando nessa ocupação precária e sem os mínimos direitos previdenciários, como a aposentadoria. Esses dados de mulheres acima dos 50 anos trabalhando como camelôs revelam a dificuldade de encontrar um emprego no mercado formal. 75,8% dessas mulheres já são camelôs há mais de 8 anos e mais de 30% trabalham como camelôs há mais de 20 anos. A baixa escolaridade é com certeza um dos fatores que impedem essas mulheres de ter uma ocupação melhor.

Somando as mulheres com até oito anos de estudo, ou seja, ensino fundamental completo e as que não chegaram a concluir o fundamental chega-se 63% das mulheres camelôs. Evidenciando o baixo grau de escolaridade das pessoas que estão neste tipo de ocupação. Apenas 1% concluiu a universidade.

A escolaridade baixa é um indicador de baixa renda também. A pesquisa apontou que 71% das mulheres recebem até dois salários mínimos por mês. Apenas 8% têm uma renda média individual compatível com a de um trabalhador do mercado formal. Segundo o IBGE, o rendimento médio de um trabalhador nas regiões metropolitanas brasileiras em julho de 2007 foi de R\$1119,00. O que constata que neste tipo de ocupação do mercado de trabalho informal o rendimento individual também é baixo, assim como o rendimento familiar das mulheres camelôs.

A renda familiar só confirma a renda individual. 69% das mulheres camelôs têm renda familiar inferior a quatro salários mínimos, R\$ 1520,00. A renda real média das camelôs é 1300,00. A média da quantidade de pessoas que moram com a camelô foi três (3). Isso quer dizer que dividindo a renda familiar pela quantidade de pessoas chega-se a uma renda média per capita de R\$ 433,00. Esses valores são bem mais baixos do que o rendimento domiciliar per capita nas regiões metropolitanas, das quais Porto Alegre faz parte, que é de R\$ 700,01, conforme o IBGE/2007.

⁵ Optou-se por não colocar nenhuma tabela nesta parte do texto para um melhor aproveitamento do espaço, devido à quantidade de dados interessantes que a pesquisa constatou. Preferindo, dessa forma, dar prioridade aos dados.

Os dados de estado civil e chefe da família demonstram que hoje quase 50% das mulheres camelôs são as responsáveis pelo sustento da casa. O estado civil das entrevistadas reflete bem a realidade não apenas delas, mas de muitas outras mulheres brasileiras – o peso do sustento de um lar.

49% das mulheres camelôs se consideram a chefe do domicílio, e 48% (solteiras, separadas, divorciadas e viúvas) não têm companheiros para dividir o sustento da casa. Das solteiras, 70% disseram ser chefe de família; das casadas, apenas 20%, das mulheres que vivem em união consensual, 33,3% afirmaram que são as chefes; das separadas, essa porcentagem sobe para 77,8%; das mulheres divorciadas, 60% se consideram chefes de família e das viúvas todas disseram que elas mesmas são as chefes de família.

Cruzando as variáveis chefe de família e renda individual, verificou-se que das mulheres que se consideram chefes de família, 65,2% recebem até R\$759,00. E 12,2% destas mulheres recebem menos do que um salário mínimo.

A partir do cruzamento chefe de família e renda familiar, nota-se a desigualdade de renda entre homens e mulheres quando um ou outro é o chefe da casa. Das mulheres que se consideram chefes de família, 34,5% têm renda familiar menor que R\$ 760,00. Enquanto as que disseram que seus companheiros ou esposos são os chefes de família, esta porcentagem cai para 21,7%. Ao passo que nas rendas maiores há uma queda do número de mulheres chefes de família e uma ascensão masculina. Apenas 2% das que se dizem chefe de família têm renda familiar superior a R\$ 2.280,00, enquanto 13% das famílias de mulheres camelôs chefiadas por seus companheiros ou esposos têm renda familiar acima desse valor.

Há um número significativo de mulheres sem filhos entre as camelôs (21%). Das que têm filhos, 23% delas moram somente com os filhos, 8% moram sozinhas, 28% moram com filhos e companheiros, 11% moram somente com os companheiros (este dado está bem ligado a mulheres mais velhas cujos filhos já são grandes). 41% moram com diversas pessoas entre pais, mães, irmãos e outros familiares.

52% das camelôs têm de 1 a 2 filhos. 19%, de 3 a 4 filhos e 8% mais de cinco filhos. E mais, 43,3% das mulheres solteiras têm entre 1 e dois filhos, 6,7% têm entre 3 e 4 filhos e 6,7% têm 5 ou mais filhos. Os dados só reforçam o peso da família monoparental.

O casamento enquanto união civil e religiosa também entre as mulheres camelôs perdeu força. O número de mulheres que vivem em união consensual (27%) ultrapassou o número de casadas, que é de 25%. O número de mulheres casadas e com união consensual nesta ocupação chama atenção para o fato exposto por Mary Castro (2001) de que vem acentuando presença de mulheres casadas no mercado de trabalho, em famílias de baixa remuneração e com filhos menores, sem que haja melhorias nos serviços públicos de creches e escolas.

Entre as mulheres camelôs, há um número significativo de brancas. 47% das mulheres camelôs são brancas contra 53% de mulheres não brancas. É um número expressivo, pois geralmente os postos de trabalho mais precários são ocupados por pardos ou negros. Isso se deve ao fato de que o Estado do Rio Grande do Sul recebeu muitos imigrantes europeus no final do século XIX e começo do século XX. No sul, a pobreza também é branca.

5.2.2 - Gênero e saúde

Quanto às questões de gênero e saúde, verificou-se que 78% das mulheres camelôs utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) e apenas 34% das mulheres camelôs vão ao ginecologista com regularidade, ou seja, uma vez por ano. E das mulheres que tiveram filhos, mais da metade não fez planejamento familiar.

Os dados da pesquisa mostram que 62% das mulheres camelôs não tiveram filhos planejados. 31,6% tiveram apenas um e 6,3% dois filhos planejados. Cruzando as variáveis número de filhos e planejamento familiar, pôde-se verificar que as mulheres com mais filhos são as que menos pensam em planejamento familiar. 75% das mulheres com cinco ou mais filhos não fizeram o planejamento. Enquanto esta porcentagem é de 59,6% entre as mulheres com um a dois filhos. Apesar do não planejamento familiar ser elevado entre as camelôs, acredita-se que haja subestimação de dados, pois muitas mulheres entendem como planejamento familiar o casamento. Acreditam que o fato de estarem casadas e depois terem filhos significa que o filho foi planejado.

57% disseram que dividem as tarefas porque também ajudam no sustento da casa. 45% das mulheres camelôs dividem as tarefas domésticas com companheiros e filhos. Mas é um número menor do que o percentual encontrado na população do Estado do Rio Grande do Sul, onde 69% dos homens colaboram nas atividades domésticas. 22% das mulheres dividem apenas com as filhas, 11,9% dividem com filha, filho e companheiro. Enquanto o restante divide as tarefas domésticas com outras mulheres seja mãe, irmã ou outras parentes, ou pagam alguém para fazer o serviço.

Apesar desse compartilhamento de tarefas, a violência doméstica está presente na vida de muitas camelôs. 23% delas disseram ter sofrido alguma violência de ex ou atuais companheiros. Muitas relataram que se separaram porque apanhavam de seus companheiros.

No ambiente de trabalho muitas delas também não escapam da falta de respeito de muitos homens, sejam clientes ou colegas. 33% das camelôs disseram que já receberam cantadas. 45% já ouviram piadas denegrindo a imagem da mulher. 21% afirmaram que já sofreram discriminação pelo fato de ser mulher.

5.2.3 - Trabalho e precarização

84% das camelôs tiveram outros trabalhos antes dessa ocupação. A maioria em atividades pouco remuneradas e precárias como vendedoras em lojas, babás, domésticas, faxineiras, operadoras de caixa, operadoras de telemarketing, camareira, recepcionista e costureira.

62,4% das que tiveram um trabalho anterior afirmaram ter carteira assinada. 30% permaneceram por mais de 10 anos no trabalho e depois foram demitidas. São muitos os motivos que as levaram às ruas, mas o principal foi o desemprego.

Os dados descritos até o momento confirmam a hipótese deste trabalho de que essas mulheres foram literalmente empurradas para esse tipo de ocupação, entre outros fatores, pelas reformas econômicas liberalizantes que acarretaram mais desemprego, trabalho informal e desigualdade social. 40% delas estavam desempregadas e 33% precisavam ajudar em casa, por isso foram ser camelôs. Das mulheres que foram ser camelôs por causa do desemprego, 20% têm mais de oito anos na ocupação e das que foram ser camelôs para ajudar no sustento de casa, 45,4% já trabalham há mais de oito

anos como camelô. Das que se consideram chefes de família, 42,9% foram ser camelôs por causa do desemprego e 28,6% porque precisavam ajudar em casa. Ou seja, saíram das empresas e das casas para ruas para serem camelôs, com duras jornadas de trabalho.

76% dessas camelôs trabalham mais de 8 horas por dia. 60% têm apenas 1 dia de descanso por semana e 24% trabalham a semana corrida. 75% trabalham em dias de chuva e só se protegem com a lona colocada sobre as bancas. Algumas dessas mulheres não têm lonas para se proteger da chuva e são obrigadas a ficar embaixo das marquises dos prédios para não molhar suas mercadorias. Estes são os únicos meios de proteção.

Quando precisam ir ao banheiro necessitam recorrer a lojas e restaurantes. Poucas procuram os banheiros públicos por dois motivos: os banheiros públicos são muito sujos e não há banheiros públicos próximos a todas as bancas. Por isso, precisam manter uma boa relação com os lojistas ao redor para poder usar o banheiro ou então pagar, como é o caso de quem usa o banheiro do mercado público.

Além dessa dificuldade, há o problema de quem cuida da banca enquanto ela vai fazer as necessidades básicas. Rosana Machado (2003), no seu estudo etnográfico com camelôs em Porto Alegre, observou que:

“Para os camelôs, ir ao banheiro é uma das principais dificuldades que a vida da rua impõe. É um ato que não depende somente da necessidade fisiológica de cada um, depende de uma rede de relações estáveis (...) a ida ao banheiro não está condicionada pelas necessidades biológicas do corpo, mas sim pela vida social de cada vendedor – ter alguém de confiança para cuidar a banca e possuir uma boa relação com algum lojista para poder utilizar o banheiro” (Machado, 2003:58)

Aspectos precários neste tipo de ocupação são constantes. 60% das mulheres camelôs trabalham em pé. E muitas delas alegaram dor nas costas, nas pernas e nos pés, problemas de rins e estômago, gripe depois que começaram a trabalhar como camelô. 78% afirmaram não ter horário determinado para o almoço, que muitas vezes é na banca mesmo, com a marmita na mão, atendendo ao cliente.

Quanto à violência no ambiente de trabalho, 36% disseram que sofreram violência verbal ou física. 40% disseram que sofreram discriminação e preconceito. Das que disseram que sofreram preconceito ou discriminação, 17% afirmaram ser dos fiscais da SMIC no momento da fiscalização. Em alguns relatos, as camelôs disseram que os fiscais eram estúpidos e grossos. Durante conversas com as mulheres, muitas se queixaram das ações da fiscalização, com graus de autoritarismo e truculência com os camelôs listados e cadastrados. De acordo com Martins (2004), o espaço dos camelôs é visto pelo poder público como um espaço não civilizado da sociedade.

Quase 60% responderam que não sofreu nenhum preconceito ou discriminação. Mas a pesquisa constatou que o ambiente de trabalho em que elas estão é violento. Xingamentos (22,4%), assaltos (21,4%), brigas (14,3%) e roubos (13,3%) são os tipos de violência mais constantes que elas vêem no dia-a-dia. Mas, como se pôde observar, a coerção e intimidação por parte dos fiscais da SMIC também estão presentes para 9,2% das camelôs. Evidenciando mais uma vez qual é o tipo de relação entre o poder público e os camelôs.

Apesar da precariedade do ambiente de trabalho, das violências que presenciam no dia-a-dia, da baixa remuneração, do esforço diário para chegar ao trabalho, do peso

das mercadorias que precisam carregar, montagem e desmontagem de banca, muitas estão satisfeitas com o emprego que tem.

São 69% das camelôs entre as muito satisfeitas e satisfeitas. É um número alto considerando o tipo de ocupação. Mas muitas justificam essa satisfação por alguns motivos como a baixa escolaridade que tem; se acostumou a ser camelô, porque já é há muito tempo; é bom não ter patrão; e o emprego formal exige muitos requisitos.

Essa satisfação se contradiz com a vontade de mudar de ocupação. 65% já pensaram em mudar de ocupação e 39% disseram que já tentaram mudar. As justificativas são as mais variadas. Há uma diferença de percentual grande entre as que pensaram e as tentaram mudar de ocupação. Isso porque muitas disseram que não tentaram por falta de oportunidade, comodismo e falta de expectativa de melhorar de vida, por isso resolveram nem tentar deixar de ser camelô, apesar da vontade.

O que se observa é que muitas querem sair dessa ocupação, apesar de se dizerem satisfeitas, mas não conseguem ver possibilidades de mudança. Então acabam se contentando com a ocupação e a encaram como um modo de sobrevivência. Quando perguntadas sobre – o que é ser camelô? A maioria das respostas foi relacionada com a sobrevivência. 28,4% disseram que ser camelô é lutar pela sobrevivência, seguido de 21,7% das que acham que é um trabalho normal e vêem esta ocupação como outra qualquer, apenas uma fonte de remuneração. Interessante observar nos dados que apesar da baixa escolaridade, 13,7% dessas mulheres têm a nitidez de ser do mercado informal e 3,2% acreditam que ser camelô é não ter condições de participar do mercado formal. Chama a atenção também o fato de 7,4% acharem que ser camelô é uma opção de vida, quando esta é uma ocupação tão precária. A realidade dessas mulheres mostra muito mais a falta de opção de vida. Muitas começaram a trabalhar cedo nesta ocupação, seguindo os passos de seus pais e de outros parentes. Não conheceram outro tipo de trabalho. E estão criando seus filhos para serem camelôs também.

Conforme as próprias camelôs, o número de mulheres vem crescendo na ocupação. 85% das entrevistadas afirmaram que houve aumento do número de mulheres trabalhando nessa ocupação, e, embora haja outros motivos, o principal mesmo foi o desemprego (61,2%), seguido da necessidade de sustentar a família (23,5%). Os demais motivos que elas apontaram estão ligados a estes dois.

São mulheres que não têm nenhum direito trabalhista e vivem à mercê da sorte. 85% delas não pagam previdência social. A maioria disse que este dinheiro faria falta nas despesas básicas da casa. Também não contam com a força de associações ou sindicatos, apesar de haver dois sindicatos da categoria e algumas associações. 53% delas sabem que existe sindicato, mas apenas 4% participam. Já as associações a porcentagem das que conhecem é menor, 46%, mas cerca de 15% destas participam delas.

5.2.4 - Condições de habitação e acesso a bens

Condições de moradia e acesso a bens são também formas de se medir pobreza e exclusão. A maioria das camelôs mora longe do centro de Porto de Alegre, em bairros da periferia ou em cidades da região metropolitana. Conforme o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, os bairros da periferia nos quais as camelôs moram têm Índice de Condição de Vida baixo e muito baixo e Índice de Vulnerabilidade Social alto e muito alto.

Quanto à infra-estrutura nos bairros onde moram, 71% afirmaram que a rua onde moram é asfaltada. 93% disseram que têm água encanada, 79% confirmaram que têm rede de esgoto e 58% disseram ter posto policial no bairro.

Com relação à moradia, a maioria não tem casa própria. 66% das mulheres vivem em situação de instabilidade, pois a casa em que vive é alugada, cedida, financiada ou foi construída em terreno de ocupação. Situações que não lhes dão garantia alguma da casa própria. 64% vivem em casa de quatro a seis cômodos e 11% vivem em casa de até três cômodos. O restante mora em casas maiores.

Segundo o IBGE, alguns bens de consumo representam melhoria nas condições econômicas de vida, como geladeira, televisão 29", máquina de lavar, computador e carro, por exemplo. Mas a situação em que muitas camelôs vivem não lhes permitem ainda ter esses bens de consumo. 69% das camelôs não possuem televisão 29", 4% ainda não possui geladeira, que é um bem de consumo primordial nos dias de hoje – considerado um bem de primeiras necessidades. 42% não possuem máquina de lavar roupa e 71% não têm carro.

Quanto à inclusão digital, muitas camelôs ainda não fazem parte dessa rede. 69% delas não têm computador e 86% não têm internet em casa e nem acesso em outro lugar. Das que têm internet em casa, somente 4% utiliza.

6- Considerações Finais

Entre outros fatores, as reformas neoliberais iniciadas na década de 1990 no Brasil aumentaram com grande proporção dois fenômenos sociais: o desemprego e o número de trabalhadores no mercado de trabalho informal. Foi nesse período que aumentou também o número de mulheres no mercado de trabalho que, conforme Castro (2001), não deve ser considerado apenas uma conquista das mulheres. Este fato estaria, em grande medida, mais associado, segundo a autora, ao empobrecimento da família operária. Por isso, muitas mulheres foram em busca de emprego.

As mulheres camelôs são vítimas e também resultantes desse processo perverso de acumulação de capital, que é diretamente proporcional ao aumento da pobreza e exclusão social. O desemprego, o empobrecimento familiar ou a manutenção da condição de pobreza empurraram essas mulheres para as ruas das grandes metrópoles em busca de um meio de ajudar a sustentar-se e sustentar uma família. São pessoas que estão na zona de vulnerabilidade, conforme Castel (1998), ora desempregadas, empregadas, ou subempregadas.

Em Porto Alegre, território geográfico desse estudo, a pesquisa sobre o perfil das mulheres camelôs comprovou que elas foram ser camelôs por causa do desemprego e por necessidade de ajudar em casa. Ou seja, passaram das empresas e das casas para as ruas a fim de buscar a sobrevivência. 51% delas trabalham como camelôs há mais de 10 anos. Isso quer dizer que vivenciaram o período áureo das políticas neoliberais no Brasil e sofreram as conseqüências do ajuste econômico. As mais jovens na ocupação (o que não quer dizer mais jovens na idade) também são resultantes desse processo, que diminuiu o número de vagas no mercado de trabalho formal, com as novas tecnologias, e aumentou a exigência de um trabalhador qualificado impedindo, com isso, a entrada de jovens e adultos com baixa escolaridade neste mercado.

A saída, para muitas mulheres, foi procurar o *locus* de trabalho que lhes permitia desempenhar uma função compatível com sua baixa escolaridade, pois 63% das entrevistadas têm até oito anos de estudo (ensino fundamental), e dessas, 41% não conseguiram concluir os estudos fundamentais, ou seja, têm menos de oito anos de estudo.

No mercado de trabalho, a exclusão social se evidencia no momento em que essas mulheres são impedidas de terem um trabalho que lhes possibilite direitos e garantias trabalhistas como férias, décimo terceiro salário, descanso semanal, hora de almoço para quem trabalha oito horas por dia, fundo de garantia por tempo de serviço, etc.

84% das mulheres camelôs tinham outro emprego antes dessa ocupação, das quais 62,4% tinham carteira assinada, que lhes dá direitos e garantias trabalhistas. Os dados demonstram que elas perderam esses direitos no momento em que tiveram que ir para as ruas serem vendedoras ambulantes. E entre elas, há uma percepção bem nítida de que é o desemprego e a necessidade de ajudar em casa que as empurram para a rua. Não é o prazer e a aventura do trabalho.

A precarização desse trabalho é também uma demonstração da exclusão social. As condições em que essas mulheres trabalham são bastante precárias. A maioria trabalha mais de 45 horas semanais, sem banheiros para suas necessidades, sem proteção contra as intempéries do tempo. O ambiente é insalubre e a violência é uma constante. O trabalho é instável e inseguro, tanto das camelôs proprietárias de banca, como das que alugam o ponto ou são funcionárias.

Entre as mulheres entrevistadas, ao falarmos de fiscalização, muitas se mostraram receosas e com medo dos fiscais, psicológica e fisicamente. Os fiscais criam uma situação de pânico, amedrontando as pessoas com a perda do ponto. A dura fiscalização caracteriza o modo como o poder público se relaciona com esses trabalhadores. A Prefeitura os vê como um estorvo nas ruas de Porto Alegre, degradando a paisagem urbana. Os camelôs não são vistos como uma questão social, resultantes de uma série de fatores e decisões político-econômicas dos governos e do Estado. São tratados como uma questão de polícia, por isso devem ser coagidos e ameaçados. A contradição desse conflito entre poder público e camelôs está na permissão de sublocação de bancas e contratação de funcionários, como verificamos e categorizamos durante a pesquisa. Esta contradição reforça a idéia de dependência mútua entre fiscais e camelô, à base de pressão e coerção, demonstrando o quão instável e inseguro está a(o) camelô diante da possibilidade de perda do trabalho, submetendo-se a intimidações, porque este é o único meio de sobrevivência. A relação entre os fiscais e a (o) camelô é hierárquica. O mais forte, o que detém o poder de vigiar e punir, que se vê enquanto “guardião da lei” contra os sobrantes, que o mercado formal não absorveu, que o poder público não sabe o que fazer com eles e por isso estão nas ruas vendendo qualquer e todo tipo de coisa para sobreviver.

Ainda mais instável e precarizado é o trabalho das auxiliares e funcionárias dos donos de banca, em que se estabelece uma relação de trabalho hierarquizada de patrão e empregado. Além da pressão da SMIC, essas trabalhadoras também sofrem pressão dos donos das bancas para vender mais, ter cuidado com a mercadoria e com a banca, caso contrário perdem os empregos. São mulheres que ganham pouco e têm uma rotatividade maior na ocupação. Vivem a instabilidade constante de ser camelô empregada, tendo que se submeter a uma jornada de trabalho desgastante porque com o nível de escolaridade

que têm, a inexperiência em outras ocupações ou a idade avançada não conseguem outro tipo de emprego. Estas circunstâncias as colocam numa situação de superexploração.

Mas sejam donas de bancas ou não, cadastradas ou toleradas, essas mulheres fazem parte do grupo de trabalhadores que estão inseridos no mercado informal de modo precário, instável, vulnerável e com baixa remuneração.

São mulheres excluídas economicamente na medida em que se inserem de forma precária no mercado, têm dificuldade de acesso à saúde (a maioria usa o sistema público de má qualidade), baixo nível de escolaridade, moram em periferias – locais de baixas condições de vida, têm dificuldade de acesso a bens, estão sujeitas com maior intensidade à violência, e são mal remuneradas. E mais, quase 50% dessas mulheres carregam o peso do sustento da casa, são chefes de família e têm renda familiar bem menor do que as que têm esposos ou companheiros como chefes de família, evidenciando a desigualdade de renda entre mulheres e homens. Estas mulheres estão numa situação de pobreza bem maior e com menor probabilidade de escapar da exclusão e da miséria.

As mulheres camelôs são um grupo heterogêneo e participam pouco de sindicatos e associações, porque não acreditam que estes possam resolver seus problemas. São pessoas descrentes de organização política, pois suas organizações são fracas e pouco representativas. Essa falta de organização as impedem de exigir mais e melhores condições de trabalho, e dessa forma, sem uma forte representatividade, elas são excluídas politicamente pela dificuldade de manter uma organização mínima que lhes permita participar de tomadas de decisões que afetam suas condições de vida.

São mulheres isoladas socialmente por vários motivos: sua escolaridade, seu local de trabalho, sua ocupação, seu local de moradia, sua falta de participação em associações políticas e sociais, sua falta de acesso a tecnologias. As mulheres camelôs são exemplos típicos da exclusão involuntária, que assume formas variadas desde econômica até cultural.

Quando incluídas, esta inclusão se dá de forma sacrificante e muitas vezes marginal. A regulamentação da ocupação por lei se deu através de muita luta e num momento que já era impossível evitar reconhecer os camelôs, devido ao aumento do número de pessoas em todas as metrópoles brasileiras nesta ocupação. É uma inclusão marginal porque estas mulheres não são respeitadas pelo poder público, não são tratadas como resultantes de um processo de acumulação de capital e, portanto, uma questão social e não um caso de polícia.

A sina da pobreza está presente na vida dessas mulheres de diversas formas, que se cruzam com a precariedade do trabalho e a exclusão em que vivem. Estas três categorias de estudo estão intimamente relacionadas quando observamos suas condições de vida no trabalho e em casa, quando verificamos que ser camelô não é uma escolha e sim uma falta de opção diante do desemprego e da necessidade de ajudar em casa.

São mulheres pobres e sem perspectiva de melhorar de vida. A condição de pobreza, a precariedade de seus empregos e a exclusão em que vivem dificultam a possibilidade destas mulheres buscarem algo mais do que a sobrevivência no emprego. Elas querem mudar de vida, mas a desilusão diante de tantas barreiras as fazem desistir. Poucas tentaram mudar e se depararam com as dificuldades.

Que perspectiva de vida podem ter? São mulheres estigmatizadas por sua ocupação. São associadas pelo poder público, assim como todos os camelôs, à baderna, encrenca, e como pessoas que vendem produtos contrabandeados e pirateados. São

discriminadas e sofrem preconceitos. Algumas entrevistadas afirmaram que em muitas lojas não se aceitam crediário de camelôs.

Mal remuneradas, com baixa escolaridade, quase a metade como chefes de famílias, vivendo em periferias e trabalhando em locais insalubres e violentos, muitas delas vítimas de violência seja verbal ou física, muitas com filhos pequenos para criar. Em que cenário vivem senão o da pobreza e que futuro as espera senão o da reprodução dessa pobreza através de seus filhos e netos.

7 - Referências Bibliográficas

ARRIAGADA, C. *Pobreza en América Latina: nuevos escenarios y desafíos de políticas para el habitat urbano. Série Medio Ambiente e Desarrollo- CEPAL*, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa. In: CHAHAD, J.P (orgs.) *Mercado de Trabalho no Brasil – padrões de comportamento e transformações institucionais*. São Paulo v 1 p. 247-284 , 2003.

CARDOSO JR, José Celso. *Crise e desregulação do Trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, texto para discussão n 814, 2001. Em www.ipea.gov.br acesso em 22/05/2006.

_____, *Anatomia da distribuição de renda no Brasil: estudo e evolução nos anos 90*. Dissertação de mestrado. Campinas. IE – Unicamp, 1999.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. As transformações da questão social. In: BOGUS, L, YAZBECK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M (orgs.) *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary. Feminização da pobreza em cenário neoliberal in: *Mulher e Trabalho*. Porto Alegre, FEE, v. 1 p. 89-96, 2001.

GALEAZZI, Irene M.S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: *Mulher e Trabalho*. revista da Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, v.1, 2001. p. 61-68.

HERZ, Maria Isabel, O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências, in *Indicadores Econômicos FEE*, revista trimestral da Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, v.32, n.2 p.339-356, 2004.

IVO, Anete. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 90. In.: CIMADAMORE, Alberto et all. *A pobreza do Estado – reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LEGUIZAMÓN, Sonia. Introducción In: Alvarez Leguizamón (org) *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: discursos, estructuras y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005^a.

LEGUIZAMÓN, Sonia “Los discursos minimalistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In: Alvarez Leguizamón (org) *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: discursos, estructuras y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005b.

MACHADO, Rosana. *Vida de camelô – etnografia dos vendedores de rua do Centro de Porto Alegre*. Monografia. Ciências Sociais – UFRGS, 2003.

MARQUES, Elizabeth Kurtz et all. *Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Revista Mulher e Trabalho. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística v 4, 2004.

MARTINS, Cleber. *As fronteiras da informalidade: a relação da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre com os vendedores ambulantes*. Dissertação de mestrado. PPG Ciência Política – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

MARTINS, Clitia Helena Backx, Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional, in: *Mulher e Trabalho*, publicação da Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2003.

MAZZEI, Enrique. El comercio ambulante em la frontera uruguayo-brasileña. In: *Revista de Ciências Sociales - Uruguai* ano XV n 20 junio, p. 63-73, 2002.

MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Relatório final do Projeto Governabilidad Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe, Brasília, 2005.

_____, Hildete Pereira de, Mulheres, reestruturação produtiva e pobreza, in Seminário Internacional *Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género*, da Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, Quito, Ecuador, 26, 27 de agosto de 2004.

MILLER, Lílian. *A qualidade do emprego em serviços. Análise dos anos 1990 no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

NARAYAN, D. *Bonds and Bridges: Social Capital and Poverty*. Washington DC: World Bank, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O Trabalho Duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____, Claudia Mazzei, *A feminização do mundo do trabalho*, Campinas/SP, autores associados, 2004

OLIVEIRA, Francisco de. *Empregos Globais, desemprego nacional: os empregados do ornitorrinco*. Revista Democracia Viva (publicação online) em www.ibase.org.br. Acesso em 25/09/2006.

OYEN, Else. *Producción de la Pobreza, un enfoque diferente para comprender a pobreza*, Centre for International Poverty Research, University of Bergen y CROP, 2002.

PAMPLONA, João Batista. *Erguendo-se pelos próprios cabelos*. São Paulo: Germinal, 2001.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SIEDE, Mario Ale. *O trabalho informal: o estudo dos camelôs de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. UFRGS/ PPG em Sociologia, Porto Alegre, 1994.

TONI, Míriam de. *Para onde foi o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho – um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Tese de doutoramento, UFRGS/PPG em Sociologia, Porto Alegre, 2004.